

Prólogo

Em 2011, pela primeira vez em nosso país, uma mulher tomou posse como presidente da República. Muitas feministas comemoram este fato como se fosse uma vitória. Contraditoriamente ao que muitos chamam de avanço das mulheres, chegamos a 2011 com mais da metade da classe trabalhadora feminina em condições de trabalho precárias. Isso significa que a comemoração por uma mulher ter alcançado a Presidência do país esconde e mascara a triste realidade brasileira, na qual a *precarização do trabalho tem rosto de mulher*.

O conceito de *precarização do trabalho*, ou seja, as distintas formas de rebaixamento salarial, degradação das condições de trabalho, retirada de direitos trabalhistas historicamente conquistados e fragmentação da classe operária, atingindo homens e mulheres, é necessário para entender os últimos trinta anos da história mundial. Sinteticamente, pode-se dizer que nessas décadas o capitalismo avançou sobre as conquistas da classe trabalhadora e dos povos oprimidos do mundo, mas, diferentemente de outros momentos, desta vez este conjunto de ataques foi levado adiante com métodos relativamente “pacíficos” para destruir enormes conquistas das massas.

O que muitos chamaram de pacto neoliberal consistiu principalmente em dividir as massas em setores privilegiados das classes médias e trabalhadores, enquanto a maioria se afundava no desemprego e na extrema pobreza, vivendo nas periferias das grandes cidades e muitas vezes se sustentando mediante a assistência estatal que no Brasil tem sua forma mais popularizada no chamado Bolsa Família¹.

¹ Bolsa Família é um programa que foi criado pelo governo Lula em 2005, e é a unificação de diversos outros programas como o Fome Zero, Bolsa Escola, Auxílio Gás etc., que eram implementados por diversos ministérios, alguns em ação desde a época do governo Fernando Henrique. A definição técnica é de que se trata de um mecanismo condicional de transferência de renda, no qual o governo

Assim, houve um enorme ataque às condições de trabalho e de vida de toda a classe trabalhadora, que consistia em criar subcategorias, possibilitando que em uma mesma empresa ou fábrica existam trabalhadores que realizam o mesmo serviço com salários e direitos distintos, e que inclusive têm formas e possibilidades diferentes de organização política e sindical. Esta divisão se dá ao mesmo tempo em que os efetivos também perdem direitos e condições em relação à etapa anterior ao neoliberalismo.

Esse pacto neoliberal ocorreu concomitantemente ao avanço da restauração capitalista nos Estados operários burocratizados do leste da Europa, Rússia e China, incorporando ao mercado de trabalho mundial capitalista milhões de novos trabalhadores e trabalhadoras, e contribuindo para atacar ainda mais as condições de trabalho em todo o mundo – já que o aumento da mão de obra mais barata de países como a China contribuiu para o rebaixamento dos salários dos trabalhadores de todos os países. A consolidação dessas novas condições regressivas para a classe trabalhadora em todo o mundo se deu com a cumplicidade, quando não o protagonismo, de direções reformistas e burocráticas das organizações de massas, fossem sindicatos ou partidos, como os ditos partidos comunistas e socialistas².

coloca condições para que a população pobre receba os benefícios e, segundo a concepção do governo Lula, tem como objetivo reduzir aos poucos a pobreza. Contudo, os primeiros a elogiarem o programa foram os órgãos imperialistas como o Banco Mundial, a ONU, entre outros. Trata-se, politicamente, de uma forma de controle das massas, ao passo em que esvazia a obrigação do Estado em prover os serviços públicos para todos, buscando esconder o fato de que o governo capitalista pertence a uma classe e que os seus interesses não podem ser conciliados com os das classes exploradas.

² Partidos Socialistas (social-democracia, II Internacional) foram organizações operárias fundadas na segunda metade do século XIX, em uma época de ascensão do capitalismo. Em boa parte da Europa, se constituíram como partidos de massas, e pouco a pouco foram criando alas conservadoras que defendiam uma evolução pacífica para o socialismo em acordo com as classes dominantes. A data que marca a passagem completa da social-democracia para o lado da burguesia é o ano de 1914, início da I Guerra Mundial, quando a maioria dos partidos se colocou ao lado dos governos capitalistas para defender os seus próprios países. Os Partidos Comunistas foram fundados ao calor da Revolução Russa de 1917, principalmente na década de 1920, após a fundação da Internacional Comunista em

A todo este período chamamos de *restauração burguesa*, caracterizado pelo pacto neoliberal que avançou enormemente contra as massas trabalhadoras, dividindo-as em diversas subcategorias de trabalhadores (terceirizados, temporários, informais etc.), retirando as conquistas históricas das massas e disseminando a ideia de que o capitalismo havia triunfado sobre o chamado “socialismo real” – que eram os Estados operários burocratizados.

Em síntese, podemos dizer que a *restauração burguesa* fez os trabalhadores acreditarem que não havia mais alternativas para transformar a vida e eliminar a miséria: retirou do imaginário das novas gerações, sobretudo das precarizadas, a ideia da revolução social. Ao mesmo tempo, garantiu que esta mesma parcela da classe trabalhadora passasse a não se enxergar como parte de uma única classe, vendo-se apenas como “cidadão”, o que acobertou a real divisão da sociedade entre duas classes: homens e mulheres explorados, que vivem do seu trabalho, em péssimas condições, e homens e mulheres exploradores, uma minoria que vive no luxo extraído do trabalho da maioria.

Esta falta de consciência de classe que ainda impera foi forjada conscientemente nas últimas décadas pelas direções sindicais e políticas dos trabalhadores que, em todo o mundo, proclamaram o fim da oposição de interesses entre as classes sociais – proletários e capitalistas – vendendo a falsa ideia de que somos todos “cidadãos” e de que os trabalhadores devem fazer “parcerias” com os patrões, sem lutar de maneira independente e organizada contra a exploração capitalista.

Tudo isso deve servir para pensar a problemática atual da precarização e da terceirização do trabalho. Avançou-se

1919. Contudo, também os PCs começaram a se degenerar, ao mesmo tempo em que a Revolução Russa passava pelo processo da burocratização stalinista. Após 1945, essas duas tradições do movimento operário passaram a cumprir o papel de conciliação com a classe capitalista, condição esta que perdura até hoje. Daí a importância da tradição trotskista no passado e na atualidade, já que foi a que manteve a estratégia da revolução proletária internacional.

enormemente na divisão das fileiras operárias a ponto de ser naturalizada pela ampla maioria de trabalhadores efetivos. Combina-se a isso uma forma já conquistada de divisão da classe trabalhadora, utilizada pela burguesia, que é a opressão e a violência às mulheres.

São as mulheres as que hoje ocupam os piores postos de trabalho, recebem os menores salários, e, quando são negras, menores ainda⁵, e são o grande exército precarizado que vem sustentando o crescimento econômico brasileiro – já que no governo Lula se criou a maior quantidade de postos de trabalho precários da história do país. Também podemos afirmar que o fenômeno da *feminização* do mundo do trabalho – desde a década de 1970 –, que carrega o avanço da incorporação de um maior número de mulheres à produção, ocorreu de forma precária⁴.

Este cenário se completa com o estouro da crise econômica internacional a partir do segundo semestre de 2008, colocando em questionamento o sistema capitalista e suas mazelas, com quebras de bancos, desemprego em massa, mas também respostas iniciais da população pobre e dos trabalhadores nos diferentes continentes do mundo, sobretudo na Europa. O Brasil, nos últimos dois anos, foi atingido de maneira distinta, sem quebras de bancos ou desemprego em massa, não motivando o desencadeamento de processos políticos e sociais como na Europa. Entretanto, de um ponto de vista estrutural, se hoje não se avançou em ataques di-

⁵ As mulheres em geral recebem cerca de 66% do salário dos homens. Os homens negros recebem 50% do salário dos homens brancos. E uma mulher negra, 32% do que recebe um homem branco. Os dados são da OIT, do período de 1992 a 2005.

⁴ “(...) o processo de feminização do trabalho tem claras características contraditórias, marcado pelo aspecto positivo do ingresso da mulher no mundo do trabalho e pelo negativo da precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho. Enfim, é nessa dialética que a feminização do trabalho ao mesmo tempo emancipa, ainda que de modo parcial, e precariza, de modo acentuado. Oscilando, portanto, entre a emancipação e a precarização, mas buscando ainda caminhar da precarização para a emancipação”. NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho. Brasil. Autores Associados, 2004.

retos, certamente o desenvolvimento da crise internacional colocará a necessidade de que seja esse o próximo passo da burguesia brasileira. Por isso, a palavra de ordem que ecoa em diversos países do mundo – que sejam *os capitalistas que paguem pela crise* – mantém-se vigente e necessária em nosso país.

Particularmente no Brasil, é necessário não somente preparar-se para cenários mais conflituosos da luta de classes, mas também construir uma postura decidida para que a necessária luta pelos direitos democráticos das mulheres não se coloque a serviço de uma estratégia de reformas no capitalismo, que serão obstáculos à emancipação⁵ da mulher – tema que ecoará nos próximos quatro anos, com uma mulher à frente do governo brasileiro. Esta estratégia de um “poder das mulheres” por fora das contradições de classe e a ideia de um avanço feminino – considerado não individual, mas coletivo – a partir da ascensão de uma ou meia dúzia de mulheres a cargos de poder e *status* na sociedade é o que tem dado fôlego a esta estratégia já comprovadamente fracassada das feministas que pretendem emancipar-se por dentro do capitalismo. Justamente quando o capitalismo mostra sua decadência histórica – miséria, fome, violência, superexploração e guerras.

Enquanto milhões de mulheres sofrem uma série de privações em suas vidas – seja no âmbito privado, quanto a decidirem sobre os próprios corpos, seja no âmbito público,

⁵ Emancipação, tal como foi apontado pela obra de juventude de Karl Marx, referia-se à diferença entre a emancipação política e a emancipação social. No primeiro caso, diz respeito à obtenção de direitos políticos de grupos que particularmente são privados destes no contexto do Estado. No segundo caso, refere-se à superação do próprio Estado ou, mais especificamente, à superação do modo de produção capitalista. Nesta publicação, utilizamos o conceito de emancipação para nos referir à conquista de liberdades plenas às mulheres, que desde o ponto de vista marxista revolucionário só poderá ser alcançado após uma revolução socialista.

quanto ao conjunto de serviços que deveriam ser fornecidos pelo Estado (como lavanderias, restaurantes públicos etc.) mas que são jogados nas costas das mulheres sem nenhuma remuneração, configurando a dupla jornada –, há quem queira convencer que a ascensão de Dilma Rousseff ao poder possa significar um contraponto a este cenário anterior. Os dados da situação das mulheres no país são aterrorizantes: a cada dois dias uma mulher é assassinada no Brasil; mas bastaria tirar as lições das experiências das grandes chefes de Estado de outros países, como Angela Merkel (Alemanha) e Michelle Bachelet (Chile) ou Hillary Clinton (secretária de Estado dos Estados Unidos) para saber que a vida das mesmas nada tem a ver com a vida de milhões de meninas e mulheres trabalhadoras e pobres. Hillary liderou a repressão à população haitiana após o terremoto ocorrido em janeiro de 2010, disputando forças e poder com outros países e submetendo homens e principalmente mulheres à truculência dos soldados da Organização das Nações Unidas (ONU), escandalosamente liderados pelo exército brasileiro. Bachelet demonstrou também em um momento de “catástrofe natural” em seu país que estava preparada para mandar suas tropas protegerem os alimentos dos supermercados e as empresas, enquanto milhares de famílias passavam fome nas ruas do Chile.

Devemos considerar que o feminismo que sustenta a concepção da emancipação das mulheres por dentro do capitalismo tomou novo fôlego no mesmo período em que surgiu no Brasil o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única de Trabalhadores (CUT). Se podemos afirmar que ambos representavam um importante processo de reorganização das massas, no calor das greves metalúrgicas, salvaguardando portanto seu aspecto progressista, após oito anos de governo do PT, com Lula à frente e governando para os ricos, não podemos dizer o mesmo.

No âmbito da luta pelos direitos das mulheres, que também era reflexo de um sentimento progressista de reorga-

nização das mulheres trabalhadoras, acompanhou-se categoricamente o processo de atrelamento do PT ao Estado, passando a representar distintas frações da burguesia e confundindo a classe trabalhadora com a falsa ideia de que este partido seria de fato “dos trabalhadores”.

Neste processo histórico se gestou um tipo de militância específico adaptado à democracia burguesa, condição necessária para que a ligação dos principais dirigentes do PT com as massas significasse uma forma de disciplinar e amortecer qualquer tipo de revolta ou rebelião operária e popular. Assim, também se “domesticou” a luta das mulheres, relegando-as a Organizações Não Governamentais (ONGs) ou cargos no governo, movimento este que marcou a cooptação de muitos setores do movimento feminista durante a época neoliberal⁶.

Ao contrário desta estratégia, apresentamos neste pequeno ensaio, assim como nas publicações anteriores da *Coleção ISKRA Mulher*⁷, uma visão marxista revolucionária sobre a luta pela emancipação das mulheres, encarando-a no marco da necessidade da revolução socialista para acabar com a exploração capitalista, como condição necessária para acabar com a opressão⁸.

É desde esta perspectiva que reafirmamos a centralidade da classe operária – por seu papel na produção – e, portanto, o tema da precarização do trabalho tem um viés ainda mais estratégico: trata-se de um processo de profundo ataque à

⁶ “Em síntese, as políticas neoliberais que se iniciaram na década de 1980 e alcançaram seu ponto culminante em nosso continente durante a década de 1990 fizeram com que o movimento feminista se fragmentasse e fosse privatizado (Fontenla, Bellotti, 1999).” Citado em “Feminismo latinoamericano – Entre la insolencia de las luchas populares y la mesura de la institucionalización”, Andrea D’Atri.

⁷ A Coleção ISKRA Mulher publicou em 2008 o livro *Pão e Rosas. Identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo* e em 2009 o livro *Lutadoras. Histórias de mulheres que fizeram história*.

⁸ Não consideramos que a emancipação das mulheres esteja garantida automaticamente com a revolução socialista ou com algumas leis ou decretos progressistas que a classe operária no poder possa promulgar. Mas afirmamos que a revolução socialista é uma condição necessária para alcançar esta emancipação.

única classe capaz de subverter a ordem estabelecida para alcançar a emancipação da humanidade. Reafirmamos, então, que não é possível uma estratégia de emancipação das mulheres por dentro da ordem capitalista, a mesma ordem que se utiliza desta opressão para reforçar e renovar suas distintas formas de exploração.

Ao mesmo tempo, a luta pelos direitos democráticos das mulheres, como por exemplo a luta para que as mulheres tenham o direito de decidir sobre o próprio corpo, conquistando o direito ao aborto legal, seguro, livre e gratuito, deve estar colocada neste marco estratégico, e as mulheres trabalhadoras, assim como toda a classe trabalhadora, devem encarar de forma decidida a luta para arrancar cada demanda democrática exigida por amplos setores oprimidos da sociedade, sendo esta uma batalha estratégica para desmascarar a farsa da democracia burguesa.

Neste ensaio, que apresenta um conteúdo necessário e urgente, a ideia da precarização do trabalho e da opressão às mulheres busca transcender os conceitos de teoria e analisar um processo de luta à luz da realidade, acompanhando o avanço dos processos de reestruturação produtiva que permitiram também o avanço destas formas cada vez mais modernas de ataque – que escondem em si o *apartheid* da terceirização e precarização do trabalho.

A Universidade de São Paulo, uma universidade de “excelência” que paradoxalmente vem sendo palco de inúmeras lutas envolvendo estudantes, trabalhadores e professores, tomou parte na onda da terceirização do trabalho. Mas foi nesta universidade também que estourou a faísca de uma luta explosiva: a luta de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da limpeza. A grande maioria de professores, estudantes e trabalhadores da USP sequer conhece esta história. Porque as experiências de luta operária se perdem,

são destruídas ou conservadas debaixo das cinzas para que não sirvam de referência à classe trabalhadora⁹.

Em 2005, terceirizadas e terceirizados que limpavam a Universidade de São Paulo organizaram uma rebelião contra a humilhação no serviço. Diziam que “*queriam ir pra cima*” porque não aguentavam mais abaixar a cabeça. Tinham os salários atrasados e eram tratados como escravos. No começo da luta, diziam que tudo parecia uma grande banguça, porque cada um queria fazer uma coisa na hora de lutar. Até que jovens estudantes trotskistas se colocaram ao lado para apoiar e contribuir com a luta, apontando que era preciso ter uma *linha de frente*. Os trabalhadores, então, votaram uma linha de frente. E ela tinha *rosto de mulher*.

Os estudantes organizaram sessões de cinema para os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizados. Assistiram ao filme “A Greve”, de Sergei Eisenstein¹⁰. Uma trabalhadora gritou: “*Tudo o que queremos fazer está nesse filme!*”. Depois disso foram paralisações, ocupações-relâmpago da Reitoria e da sala do Reitor, passagens entusiasmadas em diversas unidades para ganhar mais trabalhadores, eleições constantes das *linhas de frente* e comissões de trabalhadores. Muitos achavam que era loucura, tinham medo de perder o emprego. Mas havia um setor de trabalhadoras e trabalhadores que sabiam que não estavam lutando apenas por uma cesta básica. Em suas palavras, “*estavam lutando por tudo*”.

⁹ Citação retirada do livro *Comissões de fábrica – uma forma de organização operária*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1981, editado pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Esse livro é baseado em entrevistas com operários da Toshiba, Siemens, Philco e Massei-Fergusson. As comissões de fábrica e o trabalho clandestino foram parte fundamental no processo de resistência à ditadura militar (1964-1978) e a base para a eclosão das greves operárias entre 1978-1980. Para conhecer mais, ver *Cadernos Estratégia Internacional Brasil: A classe operária na luta contra a ditadura (1964-1980)*, Edições Iskra, 2008.

¹⁰ Sergei Eisenstein (1898-1948) foi um cineasta e teórico soviético que, utilizando a “arte como um martelo”, se somou a outros artistas soviéticos para revolucionar o mundo transformando também seu cinema. Entre seus filmes mais importantes estão: “A Greve” (1924), “Encouraçado Potemkin” (1925) e “Outubro: dez dias que abalaram o mundo” (1927).

Esta luta teve reflexos, sobretudo, na consciência. Silvana, que era *linha de frente*, disse que, com esta luta, aprendeu que não devia ter um patrão dentro de casa. Mais de um século e meio depois, reproduziu o espírito de Flora Tristán¹¹ que dizia que a mulher era a “*proletária do proletário*”, combatendo a opressão das mulheres no interior da classe trabalhadora.

O processo de avanço da consciência de classe, que passou por distintos momentos, desde a auto-organização dos trabalhadores até o combate à opressão, se desenvolveu ao ponto de chegar a ideias revolucionárias: “*No dia que tiver qualquer coisa assim, uma coisa pra gente ir pra cima, eu vou também! Se for o caso até de uma revolução, eu estou dentro também!*”.

A ideia da revolução social, arrancada com todo o ódio burguês das últimas gerações da classe trabalhadora, surgiu ali, em pequeno, de uma luta por melhores condições de trabalho dentro da Universidade de São Paulo.

A força que a classe trabalhadora tem, o poder que concentra em si e a potencialidade que assume quando enxerga que a divisão imposta pela burguesia, seja através da precarização do trabalho ou da opressão às mulheres, são elementos explosivos dos quais, se acompanhados da atuação consciente de um setor de vanguarda organizado em partidos revolucionários e em sindicatos combativos e classistas, é possível se tirar lições profundas e permitir saltos revolucionários na consciência de setores da classe trabalhadora que durante anos de paz social poderiam ser apenas pequenos avanços reformistas. Silvana, que foi *linha de frente*

¹¹ Flora Tristán (1805-1844) foi uma grande escritora e militante revolucionária francesa. Teve um papel pioneiro para o feminismo, unificando seu pensamento a sua militância política. Uma de suas principais elaborações, *União operária*, antecipou a própria ideia do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels em relação à necessidade da unificação da classe operária de todos os países, mostrando a importância da superação da fragmentação nacional apontando para a urgência da construção de uma organização internacional para conquistar sua emancipação.

desta luta, confluiu através desta experiência com a organização trotskista da qual faço parte, a Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional, que buscou levar para esta luta as ideias construídas através de derrotas e vitórias da classe operária internacional.

O Sindicato de Trabalhadores da USP¹², protagonista importante desta luta em combate à burocracia sindical pelega, após esta experiência aprovou em seu Congresso Estatutário, em 2006, o programa de *“incorporação de todos os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados sem necessidade de concurso público”*, sendo provavelmente o único sindicato do país a levantar este programa. Por esta luta, tem conquistado uma importante aliança com intelectuais e professores renomados, como o juiz do Trabalho Jorge Luiz Souto Maior.

Um dos exemplos mais gritantes deste embate decidido aconteceu em 2008, quando o governo de José Serra (PSDB) demitiu Claudionor Brandão, diretor do Sintusp e militante da LER-QI, e dentre os motivos de sua demissão constam a luta contra as péssimas condições de trabalho que sofriam os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas dentro da universidade e o enfrentamento com a burocracia sindical – a então reitora Suely Vilela considerou tratar-se de uma defesa a interesses alheios à universidade. A luta pela reintegração de Claudionor Brandão continua ecoando em todo o movimento de trabalhadores da USP, mas é tarefa ainda mais urgente porque simboliza uma luta exemplar em defesa da unidade das fileiras operárias, dos direitos, salários e condições iguais para todos os trabalhadores, sejam efetivos ou terceirizados e temporários.

Infelizmente, não podemos deixar de sublinhar que os sindicatos e organizações que se apresentam como combativas, classistas e anticapitalistas simplesmente se procla-

¹² A Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI) compõe a diretoria do Sintusp há alguns anos junto aos companheiros e companheiras do Coletivo Piqueteiros e Lutadores, que reúne militantes históricos da categoria.

mam contra a terceirização e a precarização, mas na prática reproduzem o senso comum que naturaliza a fragmentação da classe trabalhadora. Praticamente nenhum sindicato assume a luta contra a divisão dos trabalhadores entre efetivos e terceirizados ou temporários, condição para unir toda a classe trabalhadora e potencializar sua força para enfrentar os grandes monopólios capitalistas e os governos.

Quando as empresas, bancos e até mesmo órgãos públicos terceirizam serviços, ouve-se discursos de denúncias, mas concretamente aceita-se como fato consumado. Os sindicatos da esquerda continuam voltados à representação apenas dos trabalhadores efetivos, sem avançar para um programa e prática classistas capazes de unir e coordenar os terceirizados com os efetivos, lutando por salários, direitos e condições iguais para todos, não aceitando a divisão da nossa classe. Em suas campanhas salariais, não incorporam os terceirizados e temporários numa luta comum em torno das reivindicações de reajuste salarial, assistência médica, refeição, transporte, condições de trabalho e tantas outras. Concretamente, aceitam o “estado de coisas”, ou seja, a divisão da classe trabalhadora e a superexploração capitalista. Assim, por omissão, enfraquecem a luta do conjunto da classe trabalhadora.

Por tudo isso, esta publicação busca ser uma contribuição à luta das mulheres, à luta das mulheres trabalhadoras e à luta contra a terceirização e pela efetivação de todas e todos os trabalhadores terceirizados – e sem necessidade de concurso público ou qualquer tipo de processo seletivo, pois não podemos deixar que essa divisão de trabalhadores de primeira, segunda e terceira classe se perpetue. A partir de entrevistas com Silvana, a principal protagonista da luta, e também com os estudantes que atuaram ativamente, com dirigentes sindicais e militantes revolucionários, reconstruímos em palavras este processo. Temos como intuito demonstrar, sobretudo, o *valor subjetivo* desta luta, pretendendo reconstruir a história de lutas operárias, sejam vitórias ou derrotas,

para que sirvam de exemplo para as próximas lutas e novas gerações. Para que se aprenda e se reflita sobre os acertos e erros, a auto-organização operária, o enfrentamento com a burocracia sindical, as dificuldades de ser mulher e lutadora.

Nos *Anexos*, apresentamos uma entrevista com dirigentes operárias do novo sindicalismo de base na Argentina que relatam as últimas lutas em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras e contra a terceirização; e um artigo sobre a história de Konstantina Kuneva, trabalhadora terceirizada grega que foi agredida de forma truculenta pela empresa terceirizada em que trabalhava, e se converteu em símbolo da luta das mulheres em toda a Grécia.

Este é um livro militante e, portanto, um convite para que cada homem e mulher que folheie estas páginas, cada estudante e trabalhador, cada terceirizado e desempregado enxergue nele uma pequena possibilidade de transcender esta ordem imperante, e juntos, subvertê-la.

*Diana Assunção*¹³
São Paulo, março de 2011

¹³ Diana Assunção é dirigente da Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI) e diretora do Sindicato de Trabalhadores da USP (Sintusp). É membro da Secretaria de Mulheres do Sintusp e fundadora do grupo de mulheres Pão e Rosas Brasil.